

## Apresentação do Dossiê: Segregação Espacial e Brutalidade na Metrópole do Século XXI: contribuições a partir da Antropologia

---

Parry Scott<sup>a</sup>  
Francisco Sá Barreto<sup>b</sup>  
Alice Bezerra de Melo Moura<sup>c</sup>

As causas do deslocamento vão além de desastres climáticos e eventos políticos cujas causas humanas subjacentes existem, mas que são de limitada previsibilidade. Projetos de desenvolvimento urbano, grandes eventos e renovação exigem muito planejamento. Como é ‘planejado’ supostamente o poder público teria tempo para organizar ações de fiscalização, migração e monitoramento. Tais esforços frequentemente vão na contramão dos interesses dos removidos. Apresentam grandes desafios para a organização de ‘lugares de viver’ da população justamente por promover usos diferenciados e hierarquizados do território urbano que desrespeitam os moradores do lugar que suscitam questões sobre para quem o planejamento é dirigido? Porque a sua ritualização é tão frequentemente prejudicial? A segregação es-

---

a Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular Aposentado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Email: rparryscott@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-2274-9859>

b Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Departamento de Antropologia e Museologia da Pós-Graduação em Antropologia. Email: xicosabarreto@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-6659-7047>

c Université du Québec en Outaouais - UQO, Canadá. Doutoranda em Ciências Sociais. Email: alicebmm@gmail.com <https://orcid.org/0009-0007-1320-3973>

pacial se reproduz cada vez mais enquanto mais cresçam as cidades, sem deixar de ter resultados brutalmente impostos aos removidos.

A prática do planejamento de regiões metropolitanas envolve a redistribuição constante da população em resposta às alianças travadas entre gestores do estado e empreendedores. A antropologia urbana tem se dedicado a analisar os efeitos políticos, estruturais e sociais, mas também simbólicos e culturais do reordenamento de territórios urbanos que mobilizam a vida de pessoas, famílias e comunidades. Moradores localizados em territórios de interesse da iniciativa privada ou da política pública são submetidos a remoções forçadas, ou expulsões, e/ou têm seus direitos de cidadania frequentemente desrespeitados. Organizam-se, portanto, para visibilizar o seu ponto de vista particular e enfrentar as mudanças forçadas em sua inscrição na cidade com repertórios conformacionais variados.

São centenas de milhões de deslocamentos forçados no mundo em décadas recentes devido a projetos de infraestrutura, empreendimentos imobiliários e renovação urbana. Diferentes termos têm sido usados para designar esses grandes projetos na América Latina, e os processos sociais e rituais desencadeados por eles são inúmeros. Muitos nomes também foram atribuídos para se referir às populações afetadas, e perceber as consequências dessas diferentes narrativas e nomeações fornece pistas para compreender motivações e consequências de acordo com o escopo, localização, e finalidades contrastantes e convergentes de atores envolvidos.

Este dossiê examina casos concretos em diferentes regiões metropolitanas do Brasil e da Colômbia. Indaga de muitas maneiras sem deixar de abordar questões relativas ao direito à cidade, à implementação de grandes empreendimentos que visam lucratividade bem como às políticas públicas habitacionais. Diferenças de gênero, geração e raça afloram e informam as ações empresarias-estatais no campo do reordenamento urbano, quanto são mobilizadas pelas pessoas já removidas ou a serem removidas para ter moradia digna na cidade. Desde a participação em ações concretas de reivindicação e protesto até

a elaboração da memória dos espaços vividos antes e depois da remoção. Gênero, geração e raça são examinados com uma interrogação sobre a sua relação com a ação coletiva, com a vivência cotidiana e com o reconhecimento da particularidade e/ou universalidade de sua cidadania.

A lógica da urbanização acirra a profunda desigualdade social que assola o Brasil e a América Latina toda desde a colonização. Se olharmos para as origens da história das cidades nesta região, veremos que ela é marcada pelo deslocamento forçado de diversas populações. Guardando as particularidades de cada época, o processo de ocupação do território foi atravessado por expulsões: pela expulsão das terras de origem e genocídio dos povos indígenas; expulsão de pessoas dos países africanos e sua escravização; expulsão das populações rurais por causa de projetos de infraestrutura em épocas da construção do Estado-nação; expulsões urbanas durante a construção das cidades e atualmente nos projetos de ‘renovação urbana’. É interessante notar que a literatura sobre a formação urbana geralmente não considera como objeto central de análise que o processo de fixação das pessoas nas cidades foi perpassado por expulsões de outros territórios. Destacamos aqui a importância teórica de incluir nas nossas análises que a marca dessa história é que as cidades foram desenhadas a partir de uma perspectiva de segregação espacial e racial sob o pretexto de um planejamento visando a ‘ordem urbana’ e o ‘desenvolvimento’.

Discursos governamentais repetidamente justificam as remoções forçadas por argumentos ancorados na noção de ‘utilidade pública’, mas essas práticas continuam favorecendo os grupos mais ricos e reforçando as desigualdades sociais. Mesmo que a dicotomia entre ‘legal’ e ‘ilegal’ permaneça subjacente às remoções atuais, ela não é mais a única lógica do discurso que as justifica.

Toda cidade é repleta de comunidades ameaçadas de remoção. Os trabalhos aqui reunidos problematizam a contradição do papel do Estado e a experiência vivida pelas famílias moradoras. O Estado, por um lado, tem o dever de fornecer políticas públicas para toda a

população e, por outro lado, é o principal ator, com seus aliados, nas remoções forçadas vivenciadas pelas famílias. É importante lembrar que as famílias atingidas na maioria das vezes estão em condição de vulnerabilidade socioeconômica e muitas estão há décadas esperando uma solução habitacional prometida pelo Estado, mas nunca cumprida. São famílias que recebem o auxílio-moradia de valor baixo, aguardando para receber uma casa em algum conjunto habitacional.

Como as pessoas experienciam essas violações de direitos, a brutalidade da exposição a tratamentos brutalmente diferenciados? Quais os efeitos da inscrição do Estado em suas vidas? Como se reorganizam diante das práticas de confrontação e de vida cotidiana modificadas? Estes artigos abordam essas questões.

Por fim, acatamos a feliz sugestão do Editor da Revista Antropológicas, Renato Athias, de traduzir o artigo de nosso colega, Thomas H. Eriksen, de abençoada memória, que esteve como professor visitante em alguns dias nos idos dos anos de 2010 como conferencista da Jornadas de Estudos sobre Etnicidade do NEPE. Este artigo sem dúvida nenhuma vem somar as questões levantadas pelos artigos deste Dossiê.